

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano II - Nº 231 - Brasília, quinta-feira, 23 de maio de 1996

Ademir propõe comissão para a Amazônia



Ademir

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) pediu ontem apoio do plenário para a criação de uma Comissão Temporária de

Políticas para o Desenvolvimento Econômico e Social da Amazônia, a exemplo do que também está sendo proposto pela bancada do Nordeste. Requerimento de sua autoria com esse objetivo está incluído na pauta de votação do Senado para hoje.

Os três principais projetos necessários à região, conforme o senador, são o asfaltamento da Transamazônica e da BR-163 (Santarém-Cuiabá) e a distribuição da energia de Tucuruí. Essas obras, disse ele, integraram os compromissos de campanha do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Em aparte, o senador Totó Cavalcante (PPB-TO) afirmou que o Norte está submetido a uma política colonialista, em que os grandes grupos nacionais e internacionais sediados no Sul determinam as prioridades. No Tocantins, por falta dos recursos federais, segundo Totó Cavalcante, o governo estadual buscou financiamento externo para a construção de uma usina em Lajeado, mas o governo federal nega-se a dar-lhe aval.

CCJ aprova norma sobre escuta telefônica

O juiz deverá consultar o Ministério Público para autorizar escuta telefônica, conforme alteração aprovada pela CCJ no projeto do Executivo sobre a matéria. **Página 7**



Teotônio (E), pelo Senado, e Luís Eduardo (D), pela Câmara, recebem o documento dos empresários

Movimento de empresários recebe apoio de senadores

Teotônio considera documento importante para apressar reformas que livrarão economia dos juros altos e da atual política de câmbio

Senado muda Conselho de Comunicação Social

O Senado aprovou ontem projeto substitutivo, apresentado pelo senador Coutinho Jorge (PSDB-PA), que aumenta de 5 para 13 o número de representantes da sociedade civil no Conselho de Comunicação Social e de 8 para 12 o de representantes de entidades classistas. O conselho foi criado para opinar sobre a concessão de emissoras de rádio e televisão, além de analisar programação de rádio e TV e manifestar-se sobre liberdade de expressão.

Pela proposta de Coutinho, o número de representantes da sociedade civil será superior ao de indicados por entidades que representam em-

presas e empregados da área de comunicação.

Os senadores aprovaram ainda, em turno suplementar, projeto do senador Júlio Campos (PFL-MT) determinando que a leitura de jornais e de revistas passará a integrar o currículo das quatro séries finais do ensino básico e do ensino médio. O projeto agora será votado pelos deputados.

Foi aprovado também projeto apresentado ao Congresso pelo presidente da República que aumenta de R\$ 560,00 para R\$ 2.363,35 a pensão especial concedida a dom José Newton de Almeida Baptista, ex-arcebispo de Brasília.

O manifesto dos empresários, entregue ontem ao Senado e à Câmara em solenidade no Salão Negro do Congresso, recebeu o apoio de diversos senadores. Segundo o primeiro vice-presidente do Senado, Teotônio Vilela Filho, o documento ajuda no esforço em busca da aprovação das reformas constitucionais.

Fernando Bezerra, também presidente da Confederação Nacional da Indústria e um dos articuladores do movimento, explicou que as propostas contemplam acima de tudo o desenvolvimento do país.

O movimento recebeu ainda apoio de Romeu Tuma, Gilvam Borges e Júnia Marise. Lúcio Alcântara disse confiar na capacidade de adaptação dos empresários. Eduardo Suplicy considera importante que todos os setores da sociedade se manifestem. **Páginas 4 e 5**

Exposição mostra o que é o Senado

De 22 de maio a 3 de junho, o público e os servidores do Senado poderão conhecer em detalhes a estrutura da instituição e os trabalhos por ela desenvolvidos, visitando a exposição "Conheça a sua Casa". A mostra, aberta na manhã de ontem, acha-se instalada na chamada Vitrine dos Estados - que fica no corredor que liga o Edifício Principal ao Anexo I - e oferece uma visão completa de todos os serviços e produtos gerados pelo Senado, a partir do trabalho das 15 grandes unidades em que se organiza a Casa, entre secretarias, subsecretarias e órgãos setoriais.

Na abertura da exposição, Fernando César Mesquita, diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, manifestou esperança de que iniciativas desse tipo, juntamente com os esforços feitos nas demais áreas de comunicação, permitam levar à sociedade brasileira uma visão mais detalhada e precisa do que representa o Legislativo.

O diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, saudou a abertura da mostra como "mais um tijolo na construção de um Senado forte e atuante".



Abertura da exposição sobre as atividades do Senado

Rocha propõe prêmio em favor da educação

A instituição do Prêmio Nacional de Educação Darcy Ribeiro foi proposta ontem pelo senador Sebastião Rocha (PDT-AP) com o argumento de que a educação se impõe como a alternativa mais viável para romper "o grilhão das maiores mazelas sociais e, por isso, urge a sua eleição como absoluta prioridade nacional".

Destinado a agradecer pessoa ou entidade que tenha oferecido contribuição relevante para a causa da educação, o prêmio, segundo o projeto, será conferido, anualmente, em sessão do

Congresso Nacional especialmente convocada para este fim, a realizar-se no primeiro dia útil após o dia 26 de outubro, data de aniversário de Darcy Ribeiro.

Na justificativa do projeto, Sebastião Rocha afirma que "nada mais adequado e justo que tal prêmio seja abrilhantado pela escolha de um patrono à sua altura, ou seja, o senador Darcy Ribeiro, que, como antropólogo e político, se rende, de corpo e alma, à sua faceta mais notável, que é a de educador".

Suplicy pede providências sobre chacina

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) solicitou à Mesa do Senado que encaminhe ao Ministério Público o relatório da comissão de parlamentares que esteve no Pará para averiguar as circunstâncias do massacre de sem-terra em Eldorado dos Carajás, quando morreram 19 pessoas. Segundo o senador, o relatório apresenta uma síntese do que a comissão pôde averiguar nos contatos com os sobreviventes da chacina e com outras pessoas que presenciaram o fato.

- Infelizmente, pelas impressões colhidas, ficou a forte convicção de que a intenção da ação policial não era de pacificamente promover a evacuação dos trabalhadores rurais sem-terra que praticavam um ato de cidadania ao protestarem contra a falta de sensibilidade das autoridades na solução do assentamento daqueles trabalhadores e suas famílias - disse Suplicy.

Integraram a comissão externa do Senado, além de Suplicy, os senadores Ademir Andrade (PSB-PA), Coutinho Jorge (PSDB-PA), Totó Cavalcante (PPB-TO) e Sebastião Rocha (PDT-AP).

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se o Projeto de Resolução nº 35/96, que altera as Resoluções nºs 91, 93, 95 e 97, todas de 1994, que tratam do Projeto Sivam, e dá outras providências; Substitutivo do Senado ao PLC nº 81/94, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre o *ius postulandi*, a assistência judiciária e a representação dos menores no foro trabalhista; e PEC nº 1/96, que dá nova redação ao inciso II do art. 192 da Constituição Federal, que flexibiliza o monopólio dos resseguros no Brasil (primeiro dia de discussão, em segundo turno).

COMISSÕES

10h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Mensagens nºs 153, 167 e 146/96, submetendo à apreciação do Senado nomes de embaixadores; e PLC nº 28/96, que acrescenta parágrafo ao art. 2º da Lei nº 9.114/95, que dispõe sobre a transferência de oficiais entre os diversos corpos e quadros de oficiais da Marinha. *Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.*

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se o PLS nº 136/95 (terminativo), que dispõe sobre a participação dos trabalhadores na gestão das empresas. *Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.*

10h - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se o PLS nº 058/96 (terminativo), que dispõe sobre a transferência dos recursos do salário-educação, e Diversos nº 65/95, do ministro das Comunicações, encaminhando ao presidente do Congresso Nacional proposta de texto de regulamento sobre o serviço de TV a cabo, elaborada por aquele ministério, para audiência e parecer do Conselho de Comunicação Social. *Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.*

10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.425/96, que dá nova redação a dispositivos da Lei nº 8.742/93, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.

Pauta: Instalação, eleição do presidente, do vice-presidente e escolha do relator. *Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.*

11h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.447/96, que dispõe sobre as contribuições para o PIS/Pasep.

Pauta: Instalação, eleição do presidente, do vice-presidente e escolha do relator. *Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.*

11h - Comissão Mista de Orçamento

Pauta: Discussão acerca dos trabalhos da Subcomissão Especial destinada ao estudo e proposição de projeto de lei complementar conforme estabelece o art. 165, parágrafo 9º, da Constituição Federal. *Sala do presidente da Comissão Mista de Orçamento.*



Roberto Freire

Freire pede para o Piauí tratamento dado a São Paulo

O governo do Piauí está propondo o estádio de futebol "Albertão" e o Parque Zoológico de Teresina como pagamento de 50% de sua dívida com a União, informou ontem o senador Roberto Freire (PPS-PE), dizendo esperar que o governo federal e o Congresso Nacional "tratam com respeito a proposta e dêem ao governo piauiense o mesmo tratamento concedido ao governo de São Paulo em relação ao caso Banespa".

- Se o governo aceitou dois aeroportos do governo paulista no acordo relativo ao Banespa, então deve também aceitar a proposta do governo do Piauí - afirmou o senador, acrescentando que outros governadores do Nordeste também vão oferecer ao governo federal parte de seu patrimônio para renegociar suas dívidas.

Roberto Freire disse que não pôde "votar contra" o projeto Banespa, porque se encontrava no exterior quando da discussão da matéria. Ele considerou "estranho" o tratamento dado ao caso, acrescentando que "se tivesse sido proposto por governador de outro estado a imprensa o teria considerado um débil mental".

- Só porque São Paulo tem 50% do Produto Interno Bruto (PIB) pode fazer proposta e ninguém diz nada? - indagou o senador, acrescentando que é baseado no precedente do caso Banespa que o governo do Piauí oferece ao governo federal alguns bens do estado.

Os bens oferecidos ao governo federal pelo Piauí estão avaliados em R\$ 99,5 milhões, conforme o senador.

Amin denuncia interesse oculto na medida provisória do BB

Senador defende a retirada de quatro artigos na reedição da medida provisória que dispõe sobre a capitalização do Banco do Brasil

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) disse ontem que já passa de R\$ 50 bilhões o volume de recursos liberados para salvar o sistema financeiro, nos últimos seis meses, desde a edição da medida provisória que instituiu o Proer. Ele afirmou que é sempre muito difícil mobilizar recursos para o setor produtivo, mas quando se trata de salvar o sistema financeiro tudo é feito com muita velocidade.



Esperidião Amin

Amin defendeu a retirada de quatro artigos na reedição da medida provisória sobre a capitalização do Banco do Brasil. Segundo ele, os artigos 5º

a 8º, suprimidos na reedição da MP, nada têm a ver com a capitalização do Banco do Brasil e sim com os interesses do sistema financeiro, representado pela Febraban. A seu ver, os artigos 5º e 8º teriam aspectos positivos e justificariam a apresentação de um projeto de lei, para tornar mais ágil a cobrança de uma dívida. "Os outros dois artigos estavam na MP como o jabuti na árvore", disse Amin.

Osmar quer pôr fim a "generosidade" a bancos

O governo e o Congresso são responsáveis pelo crescimento da dívida pública e pelos juros elevados quando fazem barganha política e são "generosos", como o foram no caso da operação de salvamento do Banespa. Afirmando que gostaria de ver o presidente da República dizer não, o senador Osmar Dias (PR) disse que o Congresso, principalmente o Senado, deve "colocar um freio na generosidade do governo" e deixar de participar da escalada das taxas de juros e da dívida.

Na opinião do senador, estes fatores resultam em desvio de recursos do setor produtivo, especialmente da agricultura. Ele informou que o ministro da Agricultura anunciará hoje, no Paraná, a concessão de financiamento agrícola no valor de R\$ 360 milhões para o plantio da safra de inverno de trigo. O valor,

conforme o senador, permitirá colher apenas 1,5 milhão de toneladas, de modo que o país deverá importar 6 milhões para garantir seu consumo interno.

Osmar Dias acentuou, ainda, que, devido à abertura comercial e à falta de uma política agrícola, o Brasil passou a depender de importações quando a dinâmica do mercado internacio-

nal é de altos preços das commodities agrícolas. Contrariamente ao governo brasileiro, o americano acaba de anunciar a concessão de subsídios da ordem de 36 bilhões de dólares nos próximos anos para seus produtores, afirmou. Enquanto no Brasil os suinocultores e avicultores estão matando suas matrizes devido à concorrência externa subsidiada, nos Estados Unidos o governo taxa pesadamente o suco de laranja brasileiro para garantir seus produtores internos, comparou.

Júlio Campos tem pressa na devolução do compulsório

O senador Júlio Campos (PFL-MT) pediu à Mesa Diretora do Senado Federal que acelere a tramitação de projeto de lei



Júlio Campos

de sua autoria que estabelece normas para a devolução dos empréstimos compulsórios sobre a venda de automóveis e combustíveis, cobrados entre julho de 1986 e dezembro de 1989. O governo, segundo o senador, tem o compromisso moral de devolver esses recursos aos consumidores não só em cumprimento às normas legais, mas em obediência a decisões da Justiça.

Para Campos, a aprovação da sua proposição evitaria desembolso por parte do governo, já que o consumidor com direito à restituição teria a possibilidade de utilizar o crédito no pagamento de débitos junto à Fazenda e às instituições financeiras públicas, bem como na quitação de dívidas para com o INSS e o FGTS, ou na aquisição de ações de estatais à venda.

MOVIMENTO DOS EMPRESÁRIOS

Teotônio dá aval a propostas de mudanças

Documento da CNI é fundamental para a adoção de ajustes fiscais que permitam retirar do plano econômico artifícios como as elevadas taxas de juros e a atual política de câmbio



Eduardo Suplicy

Suplicy contesta as declarações de Fernando Henrique

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ressaltou ontem haver estranhado a declaração que o presidente Fernando Henrique Cardoso teria feito ao senador Fernando Bezerra, presidente da Confederação Nacional da Indústria, afirmando que não há problema grave no país.

- O termômetro do Presidente não conseguiu detectar ainda a alta taxa de desemprego e o anseio pelo crescimento da economia. Num momento em que os empresários revelam a situação difícil por que passa o setor produtivo, e conseqüentemente as pesquisas dão conta de que há mais de um milhão de desempregados, é óbvio que o país está passando por graves dificuldades - afirmou Suplicy.

Comentando a presença da caravana de empresários em Brasília, Suplicy disse que considera importante que os empresários e outros segmentos da sociedade manifestem seus anseios.

O senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), primeiro vice-presidente do Senado, acredita que as propostas dos empresários da indústria em apoio às reformas constitucionais, contidas em documento da Confederação Nacional da Indústria apresentado ontem ao Senado e à Câmara dos Deputados, "promoverão a governabilidade gerencial do país e ajudarão o plano de estabilização à medida que conscientizam a sociedade sobre a necessidade da consolidação do desenvolvimento auto-sustentado, que criará empregos e aumentará a renda".

Na condição de presidente em exercício do Senado, Teotônio Vilela Filho recebeu o documento, que é a súmula das reivindicações da classe para as reformas constitucionais do governo, entregue em nome de 2 mil industriais representados pelo presidente da Confederação Nacional da



Teotônio Filho

Indústria (CNI), senador Fernando Bezerra (PMDB-RN). A solenidade foi realizada no Salão Negro do Congresso.

Para Teotônio, "é hora de o Brasil virar uma página do Plano Real, conclamando mais uma vez as forças vivas da Nação para mudanças, conforme aconteceu nos grandes momentos da nossa história política recente". A seu ver, o manifesto da CNI é fundamental para a adoção dos ajustes fiscais que permitam retirar artifícios do plano de estabilização, como as altas taxas de juros e a atual política de câmbio.

Para Romeu Tuma, o "custo Brasil" sacrifica indústria

O inevitável ajuste que a indústria brasileira tem feito para adaptar-se ao processo de globalização não pode resultar na sua



Tuma

desestruturação, segundo afirmou ontem o senador Romeu Tuma (PSL-SP). Ele entende que a expansão de outros setores da economia não será capaz de compensar a perda de renda e emprego ocasionada pela retração do setor industrial. Ele lamentou que o chamado "custo Brasil" resulte em tantas dificuldades para a indústria nacional, fazendo com que ela perca sua capacidade de concorrência.

- Sem um setor industrial forte e atuante, parte expressiva do setor de serviços não sobreviverá - disse o senador, explicando que isso acontece porque há segmentos fortemente ligados à manufatura que complementam essa atividade e que sofrem diretamente as conseqüências da crise. Na opinião do senador, "a compreensão desse ponto é básica para a formulação de políticas".

Conforme Tuma, a economia exige uma base industrial sólida, daí por que é fundamental consolidar as condições de competitividade, sob risco de ameaça à capacidade de o país superar os limites atuais de seu desenvolvimento e gerar empregos. Ele disse que o objetivo da indústria é ser eficiente, competitiva e promotora de uma sociedade sem desigualdades.

Alcântara diz confiar na capacidade de adaptação do empresariado

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse ontem confiar na capacidade de adaptação do empresariado nacional aos novos tempos. Destacando o encontro promovido em Brasília por diversas entidades empresariais, o senador afirmou que a principal reivindicação da classe é uma reforma tributária, com o objetivo de diminuir a carga de impostos que aumenta o custo das empresas, o que reduz a capacidade de competição dos produtos brasileiros de exportação.

Lúcio Alcântara afirmou que o país tem conseguido alguns êxitos na economia,



Lúcio Alcântara

principalmente após controlar a inflação, mas a área social, a seu ver, encontra-se em segundo plano. "Não podemos esquecer a crise social que sucessivamente vem se abatendo sobre o Brasil", frisou ele.

MOVIMENTO DOS EMPRESÁRIOS

Bezerra diz que industriais não criticaram Legislativo

Senador explica que empresários jamais cogitaram em apontar falhas no Parlamento, mas não podem silenciar diante de uma política que lhes impõe "o ônus dos ajustes"



Júnia Marise

Júnia atribui a frustração queda na popularidade

A população brasileira está reprovando o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, afirmou ontem a líder do PDT, senadora Júnia Marise (MG), ao comentar as pesquisas de opinião pública que, conforme disse, retratam a "frustração e perplexidade" do povo em relação ao desempenho governamental. Segundo a senadora, o governo não está cumprindo o que prometera em sua campanha eleitoral.

- Na verdade, a eleição de Fernando Henrique Cardoso teve grande expectativa diante de suas promessas de campanha, e não estamos vendo nenhuma ação de governo para conter o elevado índice de desemprego e acabar com a fome e a miséria - disse.

Para a senadora, a queda de popularidade do governo se justifica, porque, conforme frisou, o país está com mais de 1 milhão de desempregados, 500 mil só em seu estado, Minas Gerais, e o déficit de moradias no país é da ordem de 3 milhões.

Júnia Marise afirmou que entre os empresários industriais que se encontram em Brasília, com os quais manteve contato, o clima também é de frustração e perplexidade.

Ao referir-se ao encontro nacional que reuniu mais de 2.500 industriais em Brasília, o senador Fernando Bezerra (PMDB-RN) afirmou ontem que as preocupações desses empresários transcendem os problemas de suas fábricas e contemplam acima de tudo o desenvolvimento do país. Ele explicou que esses industriais jamais cogitaram em apontar falhas no Legislativo. "Em nenhum instante pretenderam os industriais criticar esta Casa,



Fernando Bezerra

que todos entendem ser a grande base de sustentação da democracia brasileira", disse.

Conforme o senador, a classe industrial não pode e silenciar diante de uma política de desenvolvimento que impõe à iniciativa privada "o ônus dos ajustes que se processam na economia". Fernando Bezerra assinalou que a Confederação Nacional da Indústria, da qual é presidente, tem absoluta convicção do quanto seria injusto criticar

o Congresso, mas ressaltou que para a classe empresarial é da maior importância expressar junto ao Legislativo as dificuldades que enfrenta para competir no mercado externo.

Bezerra mencionou o documento que industriais dos mais diversos setores entregaram ao presidente da República, expressando suas preocupações com os rumos da economia. Essas preocupações, segundo o senador, contemplam assuntos como o andamento das privatizações, a regulamentação dos monopólios, a reforma tributária, e o que ele define como "custo Brasil".

Gilvam Borges considera que mobilização é justa e oportuna

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) considerou ontem justa a mobilização que trouxe mais de 2.500 empresários a Brasília e afirmou que, a seu ver, "eles estão chegando é tarde". O senador entende que, como outros setores da sociedade já se organizaram há mais tempo para manifestar suas opiniões, estava na hora de os empresários fazerem o mesmo, visto que "o Senado e a Câmara são os pilares da democracia e é aqui que devem chegar todos os clamores e reivindicações da sociedade".

Mesmo que por trás da mobilização empresarial haja "conchavos" desconhecidos do Congresso, o senador disse que ainda assim a iniciativa é legítima. "Se há entendimentos por baixo do pano, isso é natural. O importante

é que hoje recebemos mais de 2 mil empresários, que vieram pedir a queda dos juros, mostrar que estão vivos", comentou Gilvam Borges. Assim como a classe industrial, o senador entende que os trabalhadores também têm

que organizar "sua marcha para Brasília, a fim de que possamos ver essas forças vivas procurarem esse alto poder da República".

O senador defendeu a necessidade de mais pragmatismo e objetividade no trato de questões como essa, e congratulou o presidente da República no entendimento de que o Legislativo deve "implementar as mudanças que se fazem necessárias". Em sua opinião, o governo está se mobilizando para fazer um último esforço em busca das reformas cobradas pela sociedade.



Gilvam Borges

Benedita afirma que leilão da Light teve só resultado político

A euforia com que o governo comemorou o resultado do leilão de privatização da Light, ocorrido terça-feira no Rio de Janeiro, levou ontem a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) a considerar que a venda valeu mais "como uma questão política".

- Afinal, a União continua com 39% do capital, sendo que a outra parte foi dividida entre uma estatal francesa e grupos americanos - disse ela.

Na opinião da senadora, apesar de estar sendo dito que os serviços prestados pela empresa vão melhorar, eles vão encarecer, pois os novos proprietários não têm a dimensão social da empresa.



Benedita

Carlos Wilson: *Voz do Brasil* é o espaço mais democrático

Senador ressalta que programa é mais ético do que o jornalismo que se vem praticando em muitos meios de comunicação e pode ser ouvido em qualquer radinho de pilha

Imagens da TV Senado chegam a todo o país

Depois de cumprir uma fase experimental de transmissões por aproximadamente dois meses em Brasília, pelo canal 53 da Net, a TV Senado - já à disposição de todo o país pelo satélite B1 - começa a entrar rapidamente no menu de várias emissoras de televisão a cabo instaladas no país. A segunda cidade contemplada com as imagens da TV Senado foi Curitiba (PR), canal 35, pela mesma Net. Desde ontem encontram-se também em sintonia com a TV Senado todos os assinantes da Multicanal de Florianópolis, pelo canal 43, e de Belo Horizonte, pelo canal 41. O diretor da Net BH, Cristiano Fonseca, estima que a audiência da TV Senado já atinge agora 60 mil assinantes.

Até o final desta semana, a TV Senado vai estar disponível em São Paulo para os assinantes da Net, pelo canal 53, e da Multicanal, pelo canal 14. Ainda no Estado de São Paulo, a TV Senado poderá também ser sintonizada em Franca, pelo canal 9 (Net), Jundiaí, canal 5 (Net), Piracicaba, canal 30 (Net), Santos, canal 14 (Multicanal); e São Carlos, canal 6 (Net).

Várias outras cidades estão na iminência do acesso à TV Senado. As transmissões são feitas de segunda a sexta-feira, no horário de 9h da manhã às 11h30 da noite, mostrando as sessões plenárias ao vivo e com repetições, as reuniões de todas as comissões da Casa, entrevistas dos senadores e vídeos institucionais sobre o Senado.

Emília e Fogaça destacam posse de Sirotsky

Os senadores Emília Fernandes (PTB-RS) e José Fogaça (PMDB-RS) elogiaram a indicação do empresário Jayme Sirotsky para a presidência da Federação Mundial de Jornais. A posse aconteceu ontem, em Washington.

Emília Fernandes lembrou que é a primeira vez que um brasileiro - e mesmo um latino-americano - assume esse cargo. Sirotsky é o presidente do conselho administrativo do grupo Rede Brasil Sul de Comunicações (RBS).

A Federação Mundial de Jornais congrega 51 associações de editores de jornais em 47 países, executivos individuais de jornais em 90 nações, 16 agências de notícias nacionais e internacionais, uma fundação de mí-



Emília

Fogaça

dia, sete organizações regionais de imprensa afiliadas e uma empresa de TV internacional.

O objetivo da Federação é defender e promover a liberdade de imprensa e a independência econômica dos jornais como condição essencial para essa liberdade, segundo informou a senadora Emília Fernandes, ao enaltecer as qualidades de seu novo presidente.

O senador José Fogaça ressaltou que Jayme Sirotsky "é um nome respeitado no Rio Grande do Sul, um intelectual, pensador, articulista e editorialista dos mais importantes".

ACM volta a criticar jornalista de *O Globo*

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) anunciou ter recebido fax do jornalista Márcio Moreira Alves, do jornal *O Globo*, em que este esclarece que o citou como sócio de Ângelo Calmon de Sá, ex-presidente do Banco Econômico, por ser acionista daquela instituição de crédito. O senador considerou a explicação "uma prova de mau caráter", já que por esse raciocínio poderia ser sócio de várias outras instituições, como a Petrobrás e a Vale do Rio Doce, por possuir ações dessas estatais.

O jornalista também teria

dito que ACM indicaria Ângelo Calmon de Sá para alguns cargos oficiais em governos passados. "Não é verdade e, se fosse, não seria crime", sustentou o senador, acrescentando que o jornalista tem o dever de publicar os dois faxes - o recebido do senador e a resposta a ele enviada - em sua coluna diária.

ACM afirmou também que Márcio Moreira Alves, até 1990, recebia indevidamente dinheiro do governo de Pernambuco. E comentou: "É assim que a mídia se desmoraliza, ao invés de se fortalecer aos olhos da Nação".

Com base em dados que comprovam a grande audiência da *Voz do Brasil* em todo o território nacional, o senador Carlos Wilson (PSDB-PE) defendeu a manutenção da obrigatoriedade de transmissão do programa e refutou argumentos dos que a combatem. Segundo o senador, a *Voz do Brasil* "é o mais democrático espaço que se tem na mídia para estabelecer uma ponte entre a sociedade e os dirigentes do Poder Executivo, parlamentares e magistrados".

Carlos Wilson acredita que "uma única audiência da *Voz do Brasil* levará os desinformados a concluir que o programa é mais democrático e ético do que o jornalismo que se vem praticando em numerosos meios de comunicação".

A seu ver, os que foram contemplados com concessões para exploração dos serviços radiofônicos deveriam enxergar na retransmissão do programa "a mínima contrapartida a oferecer à sociedade".

A *Voz do Brasil* é democrática por ser acessível a todos, independentemente da sua condição econômica ou de onde morem - disse Carlos Wilson, lembrando que se pode ouvir o programa "até mesmo em um simples radinho de pilha". Conforme garantiu, "a *Voz do Brasil* é captada, também, por 500 mil brasileiros que vivem nos Estados Unidos e, logo, chegará ao Japão".

Há anos, proprietários de emissoras argumentam que a retransmissão da *Voz do Brasil* deve ser facultativa. Extinguir a obrigatoriedade equivale a extinguir o programa, pois os concessionários de emissoras só têm compromisso com o lucro - afirmou Carlos Wilson.



Wilson

Juiz deve ouvir promotor para autorizar escuta

Entre outros projetos, Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprova também proposta que eleva para 75 anos o limite de idade para a aposentadoria de funcionários públicos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer do senador Jefferson Peres (PSDB-AM) favorável a três emendas apresentadas em plenário ao projeto de iniciativa do Executivo que regulamenta a escuta telefônica. O novo texto determina que o juiz deve consultar o Ministério Público para autorizar a interceptação das comunicações telefônicas.

A comissão, que é presidida pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO), aprovou também proposta de emenda à Constituição, de autoria de Pedro Simon (PMDB-RS), que amplia de 65 para 70 anos de idade o prazo limite para a nomeação de magistrados e ministros dos tribunais superiores, e de 70 para 75 anos o máximo de idade para os funcionários públicos aposentarem-se.

Na mesma reunião, foi aprovado parecer do senador Romeu Tuma (PSL-SP) a projeto de lei da Câmara estabelecendo que a instalação e o funcionamento de empresas destinadas ao desmonte de automóveis, alienação de suas peças ou sucata dependerão de autorização do órgão público compe-



A CCJ aprovou ontem projeto que visa evitar abusos no desmanche de veículos

tente. Pelo projeto, o desmonte somente poderá ocorrer após realização de consulta ao órgão oficial sobre a procedência do veículo. Conforme argumentou o senador Tuma, isso evitará os abusos decorrentes do desmanche de veículos roubados.

Os membros da comissão aprovaram ainda, por unanimidade, o projeto que torna inexigíveis as dívidas oriundas do crédito rural, antes da decisão terminativa dos recursos interpostos à Comissão Especial de Recursos do

Proagro. Também o projeto de lei que institui a residência médico-veterinária foi aprovado, na forma de substitutivo do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

Foi ainda aprovada a recondução de Lourenço Ferreira do Prado para o cargo de ministro classista temporário do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e a indicação de José Firmo para o cargo de suplente de ministro classista temporário. Todas as matérias votadas ontem pela CCJ serão submetidas ao plenário.

Mauro cobra esclarecimentos sobre Ferronorte

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) encaminhou à Mesa requerimento solicitando informações aos Ministérios dos Transportes



Mauro

e do Planejamento sobre o sistema ferroviário Ferronorte. O senador disse que há um conjunto de dúvidas em relação à obra, "o maior e o mais importante projeto de infra-estrutura em andamento no país".

Ele afirmou que um dos pontos nebulosos é o atraso de sete meses numa das fases do projeto, comprometendo a implantação de dois trechos prioritários que ligariam Cuiabá a Santa Fé do Sul (SP), e Alto Araguaia (MT) a Uberlândia ou Uberaba (MG), num total de 1.700 km de ferrovias. Mauro Miranda quer também informações sobre o valor do custo final da Ferronorte, as fontes de financiamento, o uso de incentivos fiscais na área da Sudam e a posição atual das obras.

Lobão elogia corredores de transporte

O lançamento do programa Eixos Estruturadores de Desenvolvimento, do governo federal, tendo os corredores de transporte como parte essencial, foi elogiado pelo senador Edison Lobão



Lobão

(PFL-MA). "É um projeto de integração nacional, capaz de mudar o perfil sócio-econômico do país", afirmou.

Edison Lobão deu como

exemplo de grandiosidade do programa o Corredor Multimodal de Transporte Centro-Norte, formado pelas ferrovias Norte-Sul e Carajás e pelas hidrovias do Araguaia, do Tocantins e das Mortes. O senador disse que esse corredor tem como objetivo desenvolver e implementar, em cooperação público-privada, um

eixo de transporte entre as regiões Norte e Sul, tornando-se uma alternativa mais econômica para transportes de longa distância.

O corredor representa a implementação de mudanças, alinhadas com a política de desestatizar o setor de transportes, diminuir o custo Brasil e de financiar projetos de infra-estrutura, através de mecanismos atrativos a capitais privados - destacou.

Suassuna propõe emenda que institui dois salários mínimos

Objetivo do senador é diferenciar o piso para quem trabalha no setor privado, desvinculando-o dos benefícios previdenciários

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) apresentou ontem proposta de emenda constitucional fixando dois salários mínimos para o Brasil - um unificado nacionalmente com validade para os empregados domésticos, para os benefícios da Previdência Social e para a remuneração dos servidores públicos; e



Suassuna

o outro destinado aos demais trabalhadores, composto mediante o acréscimo ao salário mínimo nacional de um adicional sujeito a revisões periódicas e negociado pelas entidades sindicais de empregados e empregadores.

Suassuna justificou sua iniciativa dizendo que, da forma

como se encontra, o salário mínimo ressent-se de excessiva rigidez e que qualquer alteração em seu valor traz impactos consideráveis sobre toda a política econômica. Em sua opinião, são as prefeituras, juntamente com o INSS, as entidades que mais resistem a aumentos no valor do mínimo, em função de dificuldades orçamentárias, o que prejudica o trabalhador do setor privado.



Geraldo Melo

Melo destaca artigo sobre Justiça Militar

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) destacou ontem o artigo "Uma nova Justiça Militar", do jornalista Getúlio Corrêa, publicado no jornal *Folha de S. Paulo*. Segundo o senador, a matéria repõe, com justiça, o que foi feito pelo Senado, aprovando seu substitutivo que alterou a Justiça Militar. Ele pediu que o texto fosse transcrito nos anais da Casa.

O senador leu parte do texto em que o jornalista afirma que a proposta acolhida pelo Senado é coerente e mais ampla do que o projeto do deputado federal Hélio Bicudo.

Getúlio Corrêa argumenta que isso ocorre porque, ao transferir para o júri não só os homicídios praticados por PMs, mas, também, os cometidos por integrantes das Forças Armadas, o novo texto dá tratamento igual para a Justiça Militar Federal e para as Justiças Militares estaduais.

Senado debate proposta brasileira para Habitat 2

A administração de FHC já elevou de 5% para 35% o total de recursos do FGTS empregados na construção de moradias para quem recebe até três salários mínimos, segundo informou ontem, no Senado, a secretária de Política Urbana do Ministério do Planejamento, Maria Emília Rocha Melo. Ela depôs na Comissão Especial da Conferência Habitat 2, presidida por Coutinho Jorge (PSDB-PA), encarregada de preparar as teses que serão levadas ao encontro, a ser realizado em Istambul entre os dias 3 e 14 de junho, para debater os problemas de moradia e saneamento básico para as populações de baixa renda no mundo.

Nos debates, Benedita da Silva (PT-RJ) observou que os problemas de moradia para a maioria da população estão diretamente relacionados à



Comissão da Habitat 2 ouve secretária de Política Urbana

realização de uma reforma agrária.

Já Waldeck Ornelas (PFL-BA) notou que o documento apresentado pela secretária Maria Emília é omissivo no que se refere à questão do ordenamento territorial, que o poder público necessita definir.

Júlio Campos (PFL-MT) afirmou que a descentralização na aplicação dos recursos, prevista entre as propostas do plano do governo, deverá esbar-

rar na dificuldade que representa o endividamento dos estados e municípios brasileiros. Por sua vez, Lúcio Alcântara (PSDB-CE) criticou a ausência de uma referência no Plano Nacional de Ação sobre as regiões metropolitanas. Coutinho Jorge informou que os trabalhos da comissão deverão ser prorrogados até o final do ano, embora as reuniões preparatórias tenham se encerrado ontem.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helivaldo Rios ■ Coordenador de

Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade

■ Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume

e Adão Nascimento ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano e Lindolfo Amaral

■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal